

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Com relação ao direito administrativo e à administração pública, assinale a opção correta.

- A** A administração pública em sentido estrito abrange os órgãos governamentais, encarregados de traçar políticas públicas, bem como os órgãos administrativos, aos quais cabe executar os planos governamentais.
- B** As atividades de polícia administrativa, de prestação de serviço público e de fomento são próprias da administração pública em sentido objetivo.
- C** Consoante o critério do Poder Executivo, o direito administrativo pode ser conceituado como o conjunto de normas que regem as relações entre a administração pública e os administrados.
- D** As principais fontes do direito administrativo brasileiro, que não foi codificado, são o costume e a jurisprudência.
- E** A administração pública em sentido subjetivo não se faz presente nos Poderes Legislativo e Judiciário.

QUESTÃO 22

No que diz respeito às licitações, aos contratos administrativos, ao regime diferenciado de contratações públicas, aos convênios e a instrumentos congêneres, assinale a opção correta.

- A** Nos termos da Lei n.º 10.520/2002, tratando-se da modalidade pregão, eventual recurso contra a etapa competitiva deverá ser interposto antes da abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta.
- B** De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, na fase da habilitação, é exigida dos interessados documentação relativa à regularidade fiscal, mas dispensada a documentação concernente à regularidade trabalhista.
- C** Considera-se contrato administrativo o ajuste, entre órgãos da administração pública, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.
- D** Na contratação de serviços sob o regime diferenciado de contratações públicas, é possível o estabelecimento de remuneração variável vinculada ao desempenho da contratada, com base, por exemplo, em metas ou padrões de qualidade, conforme definido no instrumento convocatório e no contrato.
- E** O convênio corresponde ao instrumento administrativo, de interesse recíproco, destinado à transferência dos recursos financeiros processada por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.

QUESTÃO 23

À luz do disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta a respeito do processo administrativo.

- A** Os recursos administrativos, como regra geral, possuem efeito suspensivo.
- B** Salvo expressa exigência legal, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada.
- C** É obrigatória a intimação apenas em caso de os atos processuais resultarem em imposição de sanções ao interessado, sendo essa formalidade dispensada para atos de outra natureza.
- D** O processo administrativo deve iniciar-se mediante provocação do interessado, não podendo seu início se dar de ofício pela administração.
- E** O interessado deve constituir advogado para obter vista dos autos e postular no processo.

QUESTÃO 24

No que se refere ao disposto na Lei n.º 8.112/1990 e ao processo administrativo disciplinar, assinale a opção correta.

- A** A fase do julgamento do processo administrativo disciplinar compreende a elaboração do relatório final pela comissão processante e a aplicação de penalidade disciplinar pela autoridade competente.
- B** Em se tratando de sindicância punitiva, não é necessário observar o devido processo legal e a ampla defesa, ao contrário do que ocorre em caso de processo administrativo disciplinar.
- C** Na hipótese de invalidação, por decisão judicial, da demissão de servidor público estável, deverá o servidor ser reintegrado no cargo por ele ocupado anteriormente ou no cargo resultante de sua transformação.
- D** A violação, pelo servidor, do dever de manter conduta compatível com a moralidade administrativa pode resultar na aplicação da penalidade de demissão.
- E** O inativo, ainda que tenha praticado infração disciplinar na atividade, não pode ser submetido a processo administrativo disciplinar.

QUESTÃO 25

No que tange ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A** A anulação dos atos administrativos, a título de controle judicial, consiste na possibilidade de o Poder Judiciário rever os atos administrativos por motivo de conveniência ou oportunidade.
- B** No caso de pedido de reconsideração, mas não no de revisão administrativa, exige-se do interessado a demonstração da existência de fatos novos que justifiquem a inadequação da sanção aplicada.
- C** O controle administrativo é exercido apenas por iniciativa da própria administração, para o fim de confirmar, rever ou alterar condutas internas.
- D** O recurso hierárquico impróprio consiste naquele dirigido a autoridade pertencente a órgão estranho àquele de onde se originou o ato impugnado.
- E** O controle interno, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do TCU, ao qual compete, entre outras atribuições, apreciar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

QUESTÃO 26

Assinale a opção correta, acerca da administração direta e indireta e ao terceiro setor.

- A** Conforme a CF, as empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, exceto quanto aos direitos e obrigações civis e comerciais.
- B** Entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito público, sem fins lucrativos, que exercem atividades de interesse social e coletivo e, por isso, recebem incentivos do Estado.
- C** A qualificação das entidades privadas sem fins lucrativos como organizações sociais dependem de aprovação do Ministério da Justiça.
- D** Os órgãos públicos não têm personalidade jurídica e podem integrar tanto a estrutura da administração direta como a da administração indireta.
- E** As autarquias e as fundações públicas são subordinadas hierarquicamente a órgãos da administração direta.

QUESTÃO 27

No que diz respeito ao regime jurídico-administrativo, aos princípios e aos poderes administrativos, assinale a opção correta.

- A** Dado o atributo da autoexecutoriedade do poder de polícia, a administração pública deve pôr em execução suas decisões após determinação do Poder Judiciário.
- B** A supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade, pela administração pública, do interesse público integram o conteúdo do regime jurídico-administrativo, podendo o interesse público primário coincidir com o interesse público secundário, na medida em que ambos correspondam ao interesse do Estado como sujeito de direito.
- C** A lei apresenta ressalva quanto à garantia do direito ao acesso à informação, decorrente do princípio da publicidade, no caso de informação cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade.
- D** A decadência administrativa, decorrente do princípio da segurança jurídica, refere-se ao prazo fixado para a administração revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários.
- E** As portarias, oriundas do poder normativo da administração pública, são atos que regulamentam decretos anteriormente existentes e, por isso, inovam na ordem jurídica.

QUESTÃO 28

A respeito dos serviços públicos e da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A** Segundo a teoria do risco administrativo, sendo objetiva, a responsabilidade do Estado independe denexo causal entre o fato e o dano e é também imputável quando a culpa é da própria vítima.
- B** As empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- C** A concessão e a permissão de serviço público têm como aspecto comum a delegação, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente a pessoa física ou jurídica.
- D** O inadimplemento do usuário do serviço público não pode ensejar a interrupção da prestação do serviço, sob pena de caracterizar a sua descontinuidade.
- E** As tarifas dos serviços públicos concedidos devem ter valor uniforme, não podendo ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

QUESTÃO 29

No que se refere aos princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- A** O princípio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária está contemplado na CF de forma implícita.
- B** Em decorrência do princípio da defesa da paz e da resolução pacífica dos conflitos, o Brasil é proibido de participar de qualquer guerra externa, devendo-se posicionar como país neutro em conflitos bélicos.
- C** Conforme o princípio da democracia representativa, explicitamente previsto na CF, todo o poder emana do povo, e seu exercício ocorre exclusivamente por meio dos representantes eleitos.
- D** Os Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, são o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público e o Legislativo.
- E** A integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, com a finalidade de constituir uma comunidade latino-americana de nações, constitui um princípio fundamental da República brasileira.

QUESTÃO 30

No que concerne à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- A** A norma constitucional que garante a igualdade de todos perante a lei é uma norma de eficácia plena, pois, embora seu caráter seja de norma principiológica, sua aplicação é imediata e incondicionada.
- B** A norma que estabelece a liberdade profissional condicionada ao atendimento das qualificações profissionais que a lei estabelecer é norma de eficácia limitada, já que é possível impor limitações ao exercício desse direito por meio de lei.
- C** Os princípios constitucionais são classificados como normas programáticas, pois sua aplicação é subsidiária à das regras constitucionais, nos casos de lacunas.
- D** Normas constitucionais de eficácia plena são aquelas que podem ser plenamente aplicadas para regular situações concretas, independentemente da edição de leis ou outros atos normativos; entretanto, lei posterior pode regular e limitar sua aplicabilidade.
- E** A norma que prevê o direito à proteção do mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos, na forma da lei, é uma norma constitucional de eficácia contida, pois estabelece parâmetros de atuação do Estado sem efetividade própria.

QUESTÃO 31

Com relação à organização administrativa do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- A** O Distrito Federal concentra as competências legislativas dos estados e dos municípios, sendo administrado por um governador, eleito mediante eleições diretas.
- B** Nas leis orgânicas, elaboradas pelos estados federados, deve constar, observadas as particularidades locais, a organização dos órgãos da administração, das relações entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e as regras do processo legislativo estadual.
- C** O governador de estado que assumir outro cargo na administração pública, direta ou indireta, perderá seu mandato, salvo em caso de afastamento para assumir cargo de ministro de Estado na administração pública federal.
- D** Se aprovada, em plebiscito, pela população interessada, admite-se a dissolução parcial do Estado brasileiro, formado pela União dos estados e municípios e do Distrito Federal.
- E** Os estados e o Distrito Federal são divididos em municípios, entes em que a função de chefe do Poder Executivo cabe a um prefeito eleito por voto popular.

QUESTÃO 32

Considerando os princípios constitucionais que regem a administração pública, assinale a opção correta.

- A** Em decorrência do princípio da legalidade, a administração pública pode adotar qualquer conduta que não seja vedada por lei, usufruindo de um sistema de controle de discricionariedade menos rigoroso que o controle exercido pela lei sobre os administrados.
- B** É proibida a ocupação de quaisquer cargos públicos sem a prévia aprovação de concurso público, em decorrência dos princípios da impessoalidade, da legalidade e da igualdade.
- C** Dado o princípio da publicidade, que garante à sociedade o conhecimento dos atos praticados pela administração, ressalvados os casos legais de sigilo, exige-se a publicação dos atos administrativos no Diário Oficial, o que garante seu efetivo conhecimento por todos os interessados.
- D** A vedação ao nepotismo no serviço público resulta, entre outros fundamentos, da aplicação do princípio da eficiência, do qual decorre a exigência de qualificação para o exercício das funções públicas.
- E** O princípio da moralidade impõe ao servidor público uma moral jurídica, entendida como o conjunto de regras de conduta advindas da disciplina interior da administração pública.

QUESTÃO 33

Conforme a CF, é atribuição privativa do presidente da República

- A** resolver definitivamente sobre tratados internacionais que acarretem encargos ao patrimônio nacional.
- B** extinguir cargos públicos vagos, mediante decreto.
- C** autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União.
- D** apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- E** convocar plebiscito.

QUESTÃO 34

A respeito das espécies normativas e do processo legislativo, assinale a opção correta.

- A** As leis ordinárias incidem em todo o território nacional, enquanto as leis complementares regulam matérias de interesse da União, não incidindo em estados e municípios nem no Distrito Federal.
- B** São consideradas cláusulas pétreas da CF, entre outras, a forma federativa de Estado e o voto direto, secreto, universal e periódico, não se admitindo emenda constitucional tendente a aboli-las.
- C** Iniciam-se no Senado Federal a discussão e a votação de projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do STF e dos tribunais superiores.
- D** A edição de medidas provisórias é de competência exclusiva do presidente da República, podendo versar sobre quaisquer matérias que possam ser reguladas por lei ordinária.
- E** Emendas à CF entram em vigor se aprovadas por três quintos dos membros de cada casa do Congresso Nacional e sancionadas e promulgadas pelo presidente da República.

QUESTÃO 35

Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) a respeito do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- A** Aos servidores do Poder Judiciário pode ser delegada a prática de atos de administração, despachos de mero expediente e decisões em questões judiciais não controvertidas.
- B** Entre as atribuições do STF inclui-se o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- C** O Conselho Nacional de Justiça possui, em sua composição, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da advocacia e cidadãos.
- D** Por expressa disposição constitucional, pode o juiz residir em comarca contígua ou localizada na mesma região metropolitana da comarca onde exerce suas funções.
- E** É vedada a concessão de férias coletivas nos juízes de primeiro grau, devendo haver juiz em plantão permanente nos dias em que não houver expediente forense normal.

QUESTÃO 36

Acerca do regramento constitucional dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- A** Conforme a CF, são imprescritíveis o crime de racismo e o crime consistente na ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático de direito.
- B** Não se admite a pena de morte no Brasil.
- C** A liberdade de manifestação do pensamento é garantida, admitindo-se o anonimato.
- D** É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo vedado à lei a criação de condições que possam limitar ou restringir o pleno desenvolvimento desse direito.
- E** As associações podem ser dissolvidas por decreto do Poder Executivo, na hipótese de violação de direitos fundamentais.

QUESTÃO 37

Conforme o disposto no Código Eleitoral (CE) e na Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) n.º 21.538/2003, a exclusão do eleitor do cadastro eleitoral poderá ser promovida em decorrência de

- A** processo judicial de execução fiscal.
- B** ausência do eleitor na última votação.
- C** decisão de juiz, promovida de ofício ou mediante requerimento de delegado de um partido político ou de qualquer eleitor.
- D** pedido de cidadão, maior de dezoito anos de idade que apresente a inscrição em partido político com representação no Congresso Nacional.
- E** ausência de defesa apresentada por fiscal da mesa receptora.

QUESTÃO 38

Nos termos do CE, os pedidos de registro de candidatura para o cargo de senador devem ser formulados no

- A** juízo eleitoral.
- B** Senado Federal.
- C** Supremo Tribunal Federal.
- D** Tribunal Superior Eleitoral.
- E** Tribunal Regional Eleitoral.

QUESTÃO 39

De acordo com o disposto na CF, é condição de elegibilidade

- A** a idade mínima de dezoito anos de idade para os cargos de senador, deputado e vereador, ou de vinte e um anos de idade para os cargos de prefeito, governador e vice-governador, presidente e vice-presidente da República.
- B** o alistamento militar.
- C** a certificação de participação em entidades de assistência social ou ONGs.
- D** a nacionalidade brasileira ou, para o estrangeiro, a residência no Brasil.
- E** o pleno exercício dos direitos políticos.

QUESTÃO 40

Considerando os aspectos normativos e doutrinários que regem a matéria eleitoral, assinale a opção correta.

- A** A doutrina mais aceita quanto à classificação das infrações previstas no CE os classifica com base nas várias fases do processo eletivo, como a do alistamento eleitoral e partidário, a da propaganda eleitoral, a da votação, a do funcionamento do serviço eleitoral e a da apuração de votos.
- B** Conforme o CE, cada partido poderá nomear, perante o juízo eleitoral, de um a cinco delegados em cada zona eleitoral e, perante os preparadores, até dois delegados, que assinam e fiscalizam os seus atos.
- C** Serão recebidos requerimentos de inscrição ou de transferência eleitoral nos trinta dias anteriores à data de eleição.
- D** O número de candidatos que serão diplomados é determinado pela legislação eleitoral; no caso de pleitos proporcionais, por exemplo, diploma-se o titular e dez suplentes.
- E** Conforme disposição constitucional, o TRE compõe-se, no máximo, por sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto, sendo três ministros do STF e três juízes entre os ministros do STJ.

QUESTÃO 41

Conforme disposto na Lei n.º 9.504/1997, assinale a opção correta.

- A** Os partidos políticos devem arcar com as despesas de campanha e de seus candidatos, sendo também sua atribuição definir, com base nos parâmetros legais, os limites de gastos.
- B** O administrador financeiro de campanha a cargo eletivo é o responsável, na esfera penal, por eventuais irregularidades verificadas nas contas, ficando a responsabilidade do candidato restrita à área civil.
- C** No fim de campanha eleitoral a prefeito, vice-prefeito e vereador, os recursos que porventura tiverem sobrado devem ser transferidos para o órgão diretivo nacional do partido dos candidatos.
- D** O registro de candidato expulso de seu partido até a data da eleição está sujeito a cancelamento, que deve ser solicitado pelo partido que o expulsou e decretado pela justiça eleitoral.
- E** Embora seja assegurado aos partidos políticos, a cada eleição, o direito de manter os números que lhe foram atribuídos na eleição anterior, essa garantia se estende aos candidatos eleitos na última eleição.

QUESTÃO 42

O TRE/MT, desejando que nas eleições municipais no estado, em 2016, seja empregada a identificação digital de todos os eleitores, encaminhou a elaboração de projeto aos assessores do tribunal.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito de gestão de projetos.

- A** Se, ao final do projeto, for identificada a necessidade de ampliação do escopo e, conseqüentemente, da inclusão de alguma outra etapa, deverá ser iniciado um novo projeto, pois o ciclo de vida do projeto em tela já está definido.
- B** A administração do projeto está relacionada às atividades operacionais do processo, sendo, portanto, atribuição da área de capacitação do órgão demandante a capacitação da equipe do projeto.
- C** A administração do projeto será adequadamente executada por meio de cinco processos interligados que contemplem as fases de iniciação, de planejamento, de execução, de monitoramento e controle e de encerramento.
- D** Os conhecimentos e as práticas originados da administração do projeto do TRE/MT devem ser aplicados de maneira uniforme a todos os projetos eleitorais no país.
- E** Por se tratar de um projeto mandatário, o planejamento de custos é irrelevante e o foco do planejamento deve estar centrado no cumprimento do prazo estabelecido para a entrega.

QUESTÃO 43

O volume de atividades de um tribunal aumenta significativamente, mas a mão de obra disponível não aumenta na mesma proporção. A implantação de um programa de qualidade é uma das alternativas para minimizar as dificuldades advindas desse quadro.

Tendo como referência essas informações, assinale a opção correta relacionada à gestão da qualidade.

- A** A finalidade da gestão da qualidade é a busca da excelência mediante a aplicação de esforços para a obtenção de padrões superiores de desempenho das pessoas.
- B** A ênfase no fazer certo da primeira vez e a aplicação do método *just in time* estão entre as principais contribuições de Ishikawa para a gestão da qualidade.
- C** Para o programa de qualidade a ser implementado no tribunal, recomenda-se o modelo de excelência em gestão praticado pela Fundação Nacional de Qualidade, pelo fato de ser esse um modelo prescritivo de práticas de gestão.
- D** O diagrama de Pareto é a ferramenta adequada para a verificação das relações de causa e efeito dos serviços executados.
- E** Deming, Ishikawa e Peter Drucker, integrantes da Escola de Qualidade, destacam-se por suas ideias e contribuições relativas à gestão da qualidade total.

QUESTÃO 44

O departamento de planejamento de determinado tribunal regional eleitoral estabeleceu a seguinte meta: Estar entre os dois principais órgãos do Poder Judiciário até 2020, mantendo a atuação como gerenciador das eleições em âmbito estadual. Essa meta é considerada

- A** uma declaração de missão, pois visa proporcionar a satisfação das necessidades dos serviços oferecidos à sociedade.
- B** uma oportunidade, pois se refere ao contexto interno do órgão que pode ser identificado por meio da análise SWOT.
- C** uma força, pois se refere ao contexto externo ao órgão, que pode ser identificado por meio da análise SWOT.
- D** um objetivo organizacional, pois clarifica a razão de ser do órgão público.
- E** uma declaração de visão, pois se refere àquilo que o órgão deseja ser no futuro.

QUESTÃO 45

Os servidores de um órgão público devem ser adequadamente capacitados para desempenhar suas atribuições com mais qualidade, o que propicia maior satisfação pessoal e melhores resultados. A partir dessa afirmação, assinale a opção correta.

- A** A capacitação com foco no desenvolvimento das competências corporativas deve ser priorizada em relação às competências individuais, estando os objetivos de ambos os tipos de competência desvinculados.
- B** A capacitação presencial é a metodologia mais adequada para a capacitação do servidor público, pois a evolução tecnológica mostrou-se insuficiente para viabilizar adequadamente a educação a distância.
- C** O alinhamento das estratégias e práticas de gestão de pessoas aos objetivos organizacionais é um dos desafios a serem enfrentados pela gestão estratégica de pessoas.
- D** As ações de capacitação são reconhecidas por serem realizadas por universidades corporativas, instituídas oficialmente com a finalidade de estabelecer um novo paradigma, caracterizado pelo aumento das habilidades individuais.
- E** Aferir os resultados alcançados por meio de avaliação de desempenho é uma forma de mobilizar as pessoas para a melhoria contínua, pois o processo de avaliação é tipicamente favorável ao empregado.

QUESTÃO 46

Ao elaborar um planejamento que contemple os diferentes processos e possibilite o alcance da finalidade institucional, é adequado que o departamento administrativo de um órgão público adote

- A** um planejamento tático unificado que envolva todos os integrantes do órgão, a ser executado em longo prazo e, assim, assegure a perenidade dos resultados estabelecidos.
- B** um planejamento ancorado em pressupostos da administração por objetivos, com ênfase na definição dos objetivos e no desempenho das pessoas, para obter o resultado institucional almejado.
- C** um planejamento operacional focado nas diretrizes e estratégias do órgão para viabilizar a gestão dos processos e o alcance dos resultados de médio e longo prazo.
- D** um mapa estratégico, elaborado com base na metodologia *Balanced Scorecard* e composto por perspectivas independentes, privilegiando objetivos individuais que levam ao alcance dos resultados esperados.
- E** um planejamento estratégico com orientações focadas no presente, dando primazia aos fatores ambientais internos ao órgão.

QUESTÃO 47

No que diz respeito à gestão de processos, especialmente ao mapeamento de processos para criar uma cultura de eficiência e eficácia operacional que promova ganhos de desempenho e resultados, assinale a opção correta.

- Ⓐ A definição de uma gestão orientada por processos acentua as atividades de comando e controle dos gestores em relação às pessoas e equipes que realmente executam os processos.
- Ⓑ Diagramas, mapas e modelos possuem a mesma finalidade em uma modelagem de processos, sendo, portanto, considerados termos sinônimos e podendo ser aplicados em todas as fases do mapeamento.
- Ⓒ Colher informações, realizar cálculos, verificar probabilidades e analisar dados são relevantes para o estabelecimento de estratégias de melhoria de processos.
- Ⓓ Todas as tarefas e atividades independentes, se devidamente mapeadas e identificadas como imprescindíveis para a instituição, são consideradas processos.
- Ⓔ As leis, doutrinas e as jurisprudências referentes aos assuntos de um tribunal são recursos materiais utilizados para elaboração dos serviços prestados ao cidadão.

QUESTÃO 48

Tanto em instituições privadas quanto nas públicas, é essencial a liderança, consistente no poder de influenciar as pessoas para a consecução dos objetivos institucionais. A partir dessa afirmação, assinale a opção correta.

- Ⓐ Conforme define a teoria das necessidades adquiridas, o estímulo à motivação cabe ao líder, pois a necessidade de afiliação é centrada na importância da interação entre ele e o liderado.
- Ⓑ Ao aprovar o comportamento de um liderado, o líder toma uma atitude aderente ao reforço positivo, pelo fato de salientar um comportamento desejável.
- Ⓒ A habilidade de comunicação é importante para o exercício da liderança e os melhores canais para que a comunicação se estabeleça entre os interlocutores são os canais interativos.
- Ⓓ O processo de comunicação entre líderes de um mesmo nível hierárquico para tratamento de assuntos interdepartamentais é considerado uma forma de comunicação ascendente.
- Ⓔ É determinante para o exercício da liderança inspiradora que o poder do servidor que a exerce seja legitimado em decorrência do cargo por ele ocupado.

QUESTÃO 49

No que se refere a estrutura e cultura organizacional, assinale a opção correta.

- Ⓐ A cultura organizacional é formada por aspectos formais definidos por meio de políticas e diretrizes, o que inclui percepções e sentimentos daqueles que atuam nas organizações.
- Ⓑ Sempre que a situação e o contexto exigirem, as estruturas organizacionais devem ser reajustadas, de modo a acompanhar os mais diversos cenários contemporâneos, sujeitos a influências globais.
- Ⓒ O termo organização, que designa uma das funções administrativas, refere-se a qualquer empreendimento humano criado e moldado intencionalmente para atingir determinados objetivos.
- Ⓓ Sendo as organizações, por princípio, formadas por estruturas reconhecidas oficialmente, as organizações informais devem ser desprezadas, por seu caráter ilegítimo e desleal perante o mercado.
- Ⓔ Estruturas organizacionais com abordagem funcional são mais vantajosas que estruturas com abordagem divisional, por favorecer a coordenação interdepartamental.

QUESTÃO 50

No que se refere à tomada de decisões, à delegação, ao exercício do controle e a zelo pela direção, assinale a opção correta.

- Ⓐ Relaciona-se à função de direção a padronização dos critérios de elaboração de processos de um tribunal, aspecto considerado diferencial nas organizações pelas recentes abordagens administrativas.
- Ⓑ Os mecanismos de controle adotados em uma instituição visam controlar as atividades executadas pelos servidores, com foco primordial na avaliação de desempenho do indivíduo.
- Ⓒ O julgamento, pelo juiz, dos atos relativos à conduta de um candidato a cargo eletivo durante um período eleitoral caracteriza-se como processo decisório.
- Ⓓ O ato de um juiz atribuir autoridade e responsabilidade para um servidor decidir quanto aos critérios de elaboração de processos caracteriza-se como descentralização.
- Ⓔ Os planos operacionais para a execução das atividades de um tribunal são considerados procedimentos de controle.

QUESTÃO 51

Em relação a análise e descrição de cargos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A enumeração das atribuições de um cargo técnico, realizada com a finalidade de distingui-lo de outros cargos, é uma das atividades da análise de cargos.
- Ⓑ Nem todas as pessoas que trabalham em uma organização são ocupantes de cargos, uma vez que há aquelas que apenas exercem funções na organização.
- Ⓒ A exigência de curso superior para ingressar no cargo de analista de um tribunal compõe a descrição do cargo.
- Ⓓ A determinação das faixas salariais de um técnico e de um analista de um tribunal inclui-se entre os objetivos da descrição e da análise dos cargos.
- Ⓔ As atribuições de um analista judiciário, que incluem o exercício de atividades de apoio a julgamentos e execução de mandatos, são definidas por meio da descrição de cargos.

QUESTÃO 52

Entre as funções econômicas do Estado, a defesa nacional mediante manutenção das Forças Armadas com recursos do orçamento público cumpre a função

- A de segurança nacional.
- B alocativa.
- C distributiva.
- D estabilizadora.
- E de especialização.

QUESTÃO 53

O orçamento moderno caracteriza-se por ser um instrumento de

- A negociação política.
- B organização financeira.
- C contabilidade.
- D administração.
- E controle político.

QUESTÃO 54

Cada uma das opções seguintes apresenta algumas das fases do ciclo orçamentário ampliado previsto na CF em vigor. Assinale a opção em que as fases apresentadas, embora não estejam em ordem de sucessão imediata, estejam em ordem lógica progressiva de acontecimento no referido ciclo. Nesse sentido, considere que as siglas PPA e LDO, sempre que utilizadas, se referem ao plano plurianual e à lei de diretrizes orçamentárias.

- A proposição de metas e prioridades para a administração e da política de alocação de recursos pelo Poder Executivo; elaboração da proposta de orçamento pelo Poder Executivo; execução dos orçamentos aprovados
- B formulação do PPA pelo Poder Executivo; apreciação, adequação e autorização legislativa para a formulação da LDO; proposição de metas e prioridades para a administração e da política de alocação de recursos pelo Poder Executivo
- C elaboração da proposta de orçamento pelo Poder Executivo; apreciação e adequação do planejamento plurianual pelo Poder Legislativo; execução dos orçamentos aprovados
- D formulação do PPA pelo Poder Executivo; avaliação da execução e julgamento das contas; apreciação e adequação da LDO pelo Poder Legislativo
- E elaboração da proposta de orçamento pelo Poder Executivo; apreciação, adequação e autorização legislativa; proposição de metas e prioridades para a administração e da política de alocação de recursos pelo Poder Executivo

QUESTÃO 55

Segundo a CF, a peça do sistema de planejamento e orçamento federal que condiciona a elaboração dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais é o(a)

- A lei orçamentária anual (LOA).
- B orçamento-programa.
- C LDO.
- D Lei de Responsabilidade Fiscal.
- E PPA.

QUESTÃO 56

É possível identificar a abrangência, nacional, regional ou local de um gasto público a partir do(a)

- A estrutura programática do orçamento.
- B classificação de recursos por destinações.
- C classificação funcional das despesas.
- D identificador de uso da respectiva despesa.
- E esfera orçamentária a que ele pertença.

QUESTÃO 57

A descentralização orçamentária

- A é vedada para entidades que não integrem o orçamento fiscal ou da seguridade social.
- B constitui uma transferência de crédito e permite à unidade receptora empregar o recurso livremente.
- C representa uma transferência do direito de uso do crédito pela unidade cedente, que continua detentora do crédito.
- D será inconstitucional se ocorrer entre unidades administrativas ou unidades gestoras que constituam determinada unidade orçamentária.
- E é denominada provisão quando ocorre entre unidades de órgãos distintos.

QUESTÃO 58

Assinale a opção correta a respeito da dívida ativa.

- A No caso da União, a dívida ativa será apurada pela Controladoria-Geral da União.
- B A inscrição em dívida ativa dá-se por ausência de liquidez do respectivo valor.
- C A dívida ativa representa débitos do ente público junto a terceiros.
- D A dívida ativa é realizada no mesmo regime contábil das demais receitas públicas.
- E A inscrição em dívida ativa é condição necessária à respectiva execução.

QUESTÃO 59

Com relação à despesa pública, assinale a opção correta.

- A Os resíduos passivos de cada exercício são uma modalidade de dívida pública flutuante e denominam-se restos a pagar.
- B A concessão de suprimento de fundos na esfera federal se dá, exclusivamente, mediante conta bancária da unidade gestora.
- C Tanto a despesa orçamentária efetiva quanto a não efetiva podem provocar fatos contábeis dos tipos modificativo ou permutativo.
- D A participação pública na constituição de um banco de desenvolvimento regional é um exemplo de despesa de capital do tipo investimento.
- E O empenho é o ato que cria para o Estado a obrigação de pagar e que, necessariamente, tem de ser registrado por valor líquido e certo.

QUESTÃO 60

De acordo com o disposto na LRF — Lei Complementar n.º 101/2000 —,

- Ⓐ após a publicação da LOA, o Poder Executivo deverá estabelecer metas trimestrais de arrecadação.
- Ⓑ no cálculo da receita corrente líquida estadual, serão desconsiderados os valores pagos ou recebidos em decorrência da Lei Kandir.
- Ⓒ a contratação de pessoal terceirizado para ampliar o atendimento de saúde municipal está isenta dos limites de gasto com pessoal.
- Ⓓ a LDO da União deve definir os objetivos macroeconômicos a serem alcançados, obedecida a metodologia definida no PPA.
- Ⓔ será considerada lesiva ao patrimônio público a despesa continuada que não estiver associada às suas respectivas medidas compensatórias.

Espaço livre